



POLITIZAÇÃO NAS ESCOLAS: O QUANTO OS JOVENS COMPREENDEM ESSA DEMANDA

Humberto Dantas¹

Vinícius Caruso²

Resumo: Com base em três diferentes experiências práticas de educação política realizadas em escolas de São Paulo, o texto tem como objetivo compreender a visão dos jovens sobre esse tema. Estamos preparando nossa juventude para o exercício da democracia? Existe, por parte deles, interesse por essa temática? O texto mostra que as respostas variam de acordo com o grau de maturidade do público alvo, ou seja, existe uma possibilidade maior de o processo de politização nas escolas ser mais bem sucedido nas séries mais avançadas do Ensino Médio.

Palavras-chave: Democracia, educação política, educação para a cidadania.

Abstract: Based on three experiences of political education in São Paulo, this article intends to understand how the Brazilian youth views politics. Are they being adequately prepared for the tasks of citizenship? Are they interested in politics at all? Our study shows that the older the students, the more prepared they are for experiments of political education and participation.

Keywords: Democracy, political education, citizenship

1 Introdução

Pouco se faz sobre educação política, letramento político ou instrução para a cidadania no Brasil. Os fantasmas do regime militar e suas disciplinas de Educação Moral e Cívica e de OSPB ainda parecem assustar aqueles que não acreditam que a politização de uma sociedade é pressuposto essencial ao bom funcionamento da democracia. Poucos aceitam que o conteúdo que serviu ao autoritarismo poderia ser modernizado e atender aos princípios qualitativos da

¹ Mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Professor do INSPER e conselheiro do Movimento Voto Consciente e da Oficina Municipal. Superintendente da Fundação Mario Covas. (hdantas@usp.br)

² Conselheiro da Fundação Mario Covas. Palestrante em escolas de Ensino Médio e Fundamental sobre a importância da participação política dos jovens. (faleconosco@fmcovas.org.br)

democracia (Dantas, 2010a e 2010b). Artigo de Resende (2010) mostra que esse tipo de preocupação não faz parte da pauta educacional de nossa sociedade. Cidadania é, “apenas”, um tema transversal do Ministério da Educação, e a falta de cultura e de investimentos nos coloca diante da dificuldade de implementar assuntos dessa natureza.

Muitos defendem que o amadurecimento do processo eleitoral, mas principalmente os canais de democracia participativa seriam escolas de cidadania capazes de colocar o cidadão em contato direto com a política. Mas quantos acreditam nas eleições como canais capazes de lhes garantir direitos de forma universal? Martins Jr. e Dantas (2004) mostram que são poucos, sendo o eleitor despolitizado. E mais: quantos sabem o que é um conselho gestor de políticas públicas? Quantos conhecem formas participativas de pensarmos nossos orçamentos públicos? Dos poucos, quantos são aqueles que efetivamente se envolvem e acreditam nessas ferramentas? E o quanto elas estão livres dos velhos vícios clientelistas de nossa política? Se falta cultura política democrática ao brasileiro, é natural que tenhamos que adensar o caldo político do eleitor comum. A escola, a educação e o conseqüente envolvimento e a crença na democracia são caminhos viáveis para tais desafios.

Além daqueles que acreditam exclusivamente na prática política, há quem entenda que o simples aumento do grau de escolarização dos brasileiros nos colocaria em contato mais direto com a política, aumentando, de forma expressiva, o valor que ofertamos à democracia. É inegável que o Brasil atravessou nos últimos 20 anos um período de universalização de acesso à escola, sobretudo no nível fundamental. Mas o quanto isso representou elevação de nosso grau de politização? Schlegel (2010) mostra que tal “milagre” não ocorreu. Sabemos que o caráter quantitativo das conquistas educacionais não combinou com um aumento qualitativo das percepções cidadãs, e isso está comprovado no que diz respeito ao envolvimento do cidadão comum com a política. Escolarizar não representa, automaticamente, politizar.

Assim, estamos diante de uma questão crucial: o que fazer? Como educar nossos jovens para o exercício da cidadania? A quem interessa esse cenário? O quanto podemos melhorar nosso país em termos políticos, se “prepararmos” nossos cidadãos? O objetivo desse artigo é analisar algumas pesquisas realizadas com jovens, buscando medir se existe entre eles envolvimento político, desejo de participação e consciência acerca da relevância da política e da educação para a sua prática em suas realidades. Para tanto, foram utilizados dados quantitativos de questionários aplicados em três ações de educação política destinadas a esse público. A primeira delas, de 2005, foi iniciativa do extinto Instituto Valores, que, em parceria com o Movimento Voto Consciente, realizou palestras em escolas de Ensino Médio de um conjunto de bairros da zona sul de São Paulo-SP. Tratava-se de um programa coordenado pelo cientista político Humberto Dantas e composto por uma representação teatral de estudantes da Escola de Artes Dramáticas da USP sobre a Democracia, associada a uma palestra cujo tema era a relevância da politização.

A segunda é resultado de palestras ofertadas em escolas públicas de diferentes regiões de São Paulo pelo parlamentar jovem Vinicius Caruso, mostrando a importância da participação política, a começar pela organização de grêmios estudantis como arena da representação de interesses pontuais.

A terceira são os cursos de Iniciação Política, resultado da parceria entre a Fundação Mario Covas, a Fundação Konrad Adenauer, o Instituto do Legislativo Paulista e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. A partir de 2011, os cursos passaram a ser realizados em parceria com escolas de Ensino Médio próximas dos Centros de Integração da Cidadania (CIC) – programa da Secretaria de Justiça. Até o primeiro semestre de 2011, quatro turmas foram formadas, impactando 402 alunos.

2 Resultados: a necessidade de educação política

A ação do Instituto Valores contemplou mais de 6 mil alunos em 50 palestras realizadas em 12 escolas públicas e privadas, no primeiro semestre de 2005. Não se trata aqui de tentar compreender se uma iniciativa de aproximadamente uma hora é capaz de politizar alguém. É fato que o tempo demandado é maior, mas devemos aceitar que tocar no assunto, colocar a temática na pauta, pode servir de inspiração. Ao todo, 1.091 jovens participantes preencheram um questionário sobre a atividade de politização. A média de idade desse grupo é de 16 anos, ou seja, condizente com o público impactado de Ensino Médio, e a divisão de gênero é praticamente idêntica – 49,9% de homens e 50,1% de mulheres. Em relação à aproximação com a política, o cenário detectado em 2005 é preocupante: os jovens não parecem muito preocupados em se envolver com uma série de questões relacionadas ao desenvolvimento da sociedade.

Apesar de uma parcela dos entrevistados ser menor de 16 anos, o número de jovens que não se interessou em se cadastrar no Tribunal Superior Eleitoral e votar chega a 80%. Somente 16% do total se preocupou com as eleições antes dos 18 anos, e o restante (3,5%) apenas cumpriu com a obrigação, ou seja, a partir dos 18 anos obteve o título eleitoral. Em relação à aproximação com os partidos políticos, três quartos (74,7%) não revelam simpatia por uma legenda, e outros 2,2% se dizem apreciadores de mais de uma delas. Nesse segundo caso, é possível encontrar alguns quadros pouco normais, como a junção entre PSDB e PT, algo pouco comum em São Paulo. Os 23,2% restantes dividem-se principalmente entre esses dois grupos: PT (116 declarações) e PSDB (96 apontamentos). Apesar dessa polarização, também foram citados com pequeno destaque: o PV (18 casos), o PP (9) e o PMDB (7).

A questão seguinte indagava os jovens acerca da crença na importância de sua atuação na política. Existiam três alternativas para a sentença “na política, você acredita que a sua atuação...”: 1) tem grande importância; 2) tem importância pequena ou; 3) não tem qualquer

importância. Pouco menos da metade dos entrevistados (43,2%) reconhece que “tem grande importância”, enquanto cerca de um terço (34,4%) acredita ter importância pequena. Pouco menos de um quarto (22,4%) revela não ter qualquer importância. Assim, apesar do quadro negativo em relação à participação e ao envolvimento partidário, o jovem parece assumir a relevância de seu papel de cidadão – 77,6% apontam ter alguma relevância na política, mesmo que pequena.

Ainda no que diz respeito às questões de envolvimento, a pesquisa solicitava que os entrevistados apontassem quais as fontes mais utilizadas para a busca por informações políticas. Apenas 13% afirmaram que não se informam. Merece destaque o papel de quatro canais que transcenderam metade das respostas – lembrando que era possível assinalar mais de um modo. O primeiro meio, com significativa vantagem sobre os demais, é a televisão (95%) com quase unanimidade. O segundo é o jornal (60%), o terceiro, as conversas (57%), e o quarto, as revistas (53%). Com 37% aparece o rádio e com 45% a Internet. Formas como palestras, livros acadêmicos e atuação partidária registraram índices inferiores a 10%.

A pesquisa buscava também medir o grau de envolvimento dos jovens com organizações da sociedade. Eram apresentados 12 canais e o respondente deveria assinalar, em cada um dos casos, se “participava ativamente”, “participava esporadicamente”, “já havia participado”, “nunca havia participado” ou nem sequer sabia do que se tratava o tema. O quadro abaixo apresenta os resultados dessa questão.

Quadro 1 - Adesão às formas de organização social

Esferas de participação	Participo ativamente	Participo às vezes	Participava antigamente	Nunca participei	Não sei do que se trata
Clubes esportivos ou academias	28,79	31,23	25,42	12,71	1,85
Entidades assistenciais	2,95	11,36	12,88	68,77	4,04
Fãs clubes	5,05	7,82	6,73	75,78	4,63
Grêmios estudantis	3,12	8,42	15,59	68,32	4,55
ONG ambiental	1,26	4,71	4,29	83,33	6,40
ONG política	0,42	3,29	2,27	86,18	7,83
Grupos Religiosos	13,64	15,66	22,05	44,78	3,87
Associações de bairro	0,76	3,71	2,53	86,77	6,23
Sindicatos	0,42	1,60	1,60	88,73	7,65
Partidos	0,34	1,60	1,85	89,40	6,81
Manifestações e passeatas	0,93	9,25	6,14	79,23	4,46
Reuniões de gestão participativa	1,26	4,30	3,20	83,24	8,00

Fonte: Instituto Valores e Movimento Voto Consciente.

A única esfera que merece destaque positivo está relacionada à prática de esportes, em que mais da metade dos entrevistados assume que frequenta, esporádica ou assiduamente, atividades dessa natureza. Algumas ações foram realizadas antigamente: voluntariado (13%), grêmios estudantis (16%) e grupos religiosos (22%). Nos demais casos, é significativo o

percentual que revela o não envolvimento com as questões apresentadas. Mais de 80% do total dos jovens declararam não atuarem em ONG ambiental, ONG política, associações de bairro, sindicatos, partidos políticos e esferas participativas. Tais resultados corroboram a tese de que estamos criando cidadãos passivos, desinteressados pelas organizações da sociedade sob seus mais diferentes formatos.

A última parte do questionário apresentava um conjunto de 14 sentenças e pedia ao respondente que: discordasse, discordasse em parte, concordasse em parte ou concordasse com a afirmação. As frases na íntegra encontram-se abaixo:

- *Os partidos são todos iguais, só muda a sigla;*
- *O jovem de 16 anos está preparado para votar;*
- *A democracia é o mais importante dos sistemas;*
- *O voto obrigatório deve ser mantido no Brasil;*
- *A educação política deveria estar presente nas escolas;*
- *Eu venderia meu voto por menos de R\$ 10,00;*
- *A política deve ser exercida apenas por profissionais;*
- *Os políticos são todos corruptos;*
- *Minha vida pessoal é mais importante que a minha vida pública;*
- *Deputados e senadores representam bem a sociedade;*
- *Os partidos políticos representam bem a sociedade;*
- *O presidente da República representa bem a sociedade;*
- *Eu venderia meu voto por R\$ 1.000,00;*
- *A pressão da sociedade sobre os políticos altera a realidade;*

Se transformadas em valores de 1 a 4, as respostas podem ser expressas sob a forma de médias, que indicam o grau de concordância ou discordância dos respondentes em relação às sentenças. No quadro 2, parte-se do pressuposto que determinadas pontuações representam concordar, concordar em parte, discordar em parte e discordar. Quanto maior a pontuação, mais acentuado o grau de discordância. Estabeleceu-se como medida meramente ilustrativa que até 2,0 pontos concorda-se, até 2,5 concorda-se em parte, até 3,0 pontos discorda-se parcialmente e acima desse valor há discordância plena.

Quadro 2 - Grau de concordância / discordância com sentenças

SENTENÇA	GRAU	CONCEITO
VIDA PESSOAL MAIS IMPORTANTE	1,79	CONCORDA
DEMOCRACIA MAIS IMPORTANTE	1,81	CONCORDA
EDUCAÇÃO POLÍTICA	2,00	CONCORDA
JOVEM 16 PRONTO PARA O VOTO	2,13	CONCORDA PARTES
POLÍTICOS CORRUPOTOS	2,13	CONCORDA PARTES

SENTENÇA	GRAU	CONCEITO
POLÍTICA DE PROFISSIONAIS	2,35	CONCORDA PARTES
FAVOR VOTO OBRIGATÓRIO	2,36	CONCORDA PARTES
PARTIDOS IGUAIS	2,43	CONCORDA PARTES
PRESSÃO MUDA	2,54	DISCORDA PARTES
VENDERIA VOTO R\$ 1000	2,81	DISCORDA PARTES
PRESIDENTE REPRESENTA BEM	2,86	DISCORDA PARTES
CONGRESSO REPRESENTA BEM	3,14	DISCORDA
PARTIDOS REPRESENTAM BEM	3,23	DISCORDA
VENDERIA VOTO R\$ 10	3,78	DISCORDA

Fonte: Instituto Valores.

A sentença com que os jovens mais concordam é sinônimo do individualismo que vivemos: os respondentes aceitam que suas vidas pessoais são mais importantes que as realidades públicas, ferindo diretamente questões fundamentais à democracia e reforçando a necessidade de tratarmos tais valores na escola. Se por um lado a percepção dessa primeira questão é negativa, a democracia aparece como importante valor para os jovens. Nesse caso, é necessário compreender melhor o que eles entendem pelo conceito. Se for apenas a existência exclusiva de “liberdades”, o cenário mantém-se em níveis preocupantes.

Por fim, é necessário destacar que o jovem reconhece a importância da educação política nas escolas, o que reforça a demanda por esse tipo de conteúdo. Salienta-se, nesse caso, que os questionários foram preenchidos antes das atividades propostas pelo projeto, ou seja, os alunos ainda não haviam sofrido o impacto das palestras e da representação teatral.

Nas sentenças em que a concordância é parcial, verificamos que os jovens acreditam, de forma relativa, que o cidadão de 16 anos está pronto para votar, apesar de a grande maioria não fazer questão de procurar o título de eleitor. Também se concorda parcialmente com a afirmação acerca do fato de que todos os políticos são corruptos, o que pode demonstrar que alguns representantes são bem vistos pelos jovens. Nesse conjunto de concordância parcial, ainda merecem destaque o fato de os partidos serem percebidos como iguais e a adesão ao voto obrigatório. Nesse segundo caso, por mais que os jovens concordem em parte com a afirmação, é admirável que um grupo visto pelo senso comum como eternamente insatisfeito e indignado com o caráter compulsório da participação não tenha se sobressaído. Por fim, a frase em que se concorda parcialmente que os políticos devem ser profissionais é sinônimo de que precisamos aprimorar o nível técnico de nossos representantes. Nesse caso, resta saber se o jovem, ao ofertar seu voto, leva em consideração a capacidade que seus escolhidos têm de governar.

No conjunto de sentenças das quais os respondentes discordam em parte está aquela relacionada ao fato de a pressão da sociedade alterar a realidade, o que contradiz a grande importância que os jovens deram ao voto, mas corrobora a baixa atuação. Preocupa o fato de a venda do voto por R\$ 1.000,00 ser aceita, e, nesse caso, com significativa vantagem sobre o oferecimento de R\$ 10,00. Isso representaria dizer que existe uma vantagem financeira capaz de

“comprar” o voto? Parece que sim e aí estamos diante de um problema ético de proporções alarmantes para os princípios gerais da democracia.

Por fim, o presidente – com menor intensidade - o Congresso e, por último, os partidos políticos não representam a sociedade, o que parece lamentável do ponto de vista do sistema político vigente, repetindo os resultados apresentados em pesquisas da Associação dos Magistrados Brasileiros, realizadas em 2008, e do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, divulgadas em 2011.

A segunda ação de educação política que colheu resultados sobre a visão do jovem acerca da nossa democracia foi realizada em 13 escolas públicas, sobretudo de Ensino Fundamental, no primeiro semestre de 2011. Mais uma vez, trata-se de um conjunto de palestras, dessa vez ministradas por Vinicius Caruso, jovem de 17 anos à época, que tinham como objetivo estimular a participação política dos alunos, com base em suas experiências em dois programas de parlamentos jovens – Câmara Municipal de São Paulo e Câmara dos Deputados – e discussão de aspectos teóricos relevantes. Ao todo, 1.171 alunos responderam um questionário. Pouco mais de um quarto deles (77,5%) tinham entre 13 e 15 anos de idade, portanto mais novos que o limite mínimo para o exercício do voto.

Os resultados do questionário, aplicado ao término das palestras, apontaram que 78,5% dos jovens declararam não ter interesse por política, o que, apesar da baixa idade, demonstra um caminho preocupante na educação desses cidadãos. Apesar do resultado negativo, mais da metade dos respondentes (56,4%) afirma ter vontade de participar ativamente da vida comunitária, o que poder ser visto como um potencial para que conteúdos de cidadania e política orientem demandas sociais essenciais ao sucesso da democracia no país.

Mais adiante no formulário, os participantes responderam se conheciam ações como o Parlamento Jovem, programa do Poder Legislativo que tem como objetivo educar politicamente os estudantes e aproximá-los das casas de leis. Mais de dois terços dos alunos não conhecem a iniciativa, sendo que em duas escolas o percentual supera 90%. Em unidade onde a iniciativa já foi implantada, mais de dois terços dos alunos não conhecem o programa (68,3%), reforçando a necessidade de ações dessa natureza se repetirem sistematicamente, criando a cultura do envolvimento amplo da comunidade escolar e da politização. A distância entre o desconhecimento e o interesse em algo que sequer conhecem muito bem é gritante: 55% dos jovens gostariam de participar ou receber mais informações sobre ações de parlamento jovem. Tal afastamento é sinônimo da demanda por envolvimento político, algo que o Estado não é capaz de suprir e que os próprios alunos reconhecem desejar.

Mais comum à realidade política dos jovens, os grêmios estudantis são conhecidos por cerca de dois terços dos entrevistados (64,3%). Causa desconforto, no entanto, lembrar que, na escola onde o parlamento jovem é mais conhecido, 70,7% dos alunos não sabem o sentido do órgão de representação estudantil supostamente mais conhecido – importante salientar que em

nove das treze escolas visitadas, 60% ou mais dos alunos que responderam o formulário sabem o que é um grêmio estudantil.

Mesmo diante do desconhecimento, os alunos concordam que as escolas têm a necessidade de possuir um grêmio – em apenas duas delas a concordância com a existência de um órgão assim é inferior a 90%. Nesse caso, devemos compreender o quanto os diretores e professores estão preparados para agirem de forma democrática. Em muitas escolas é sabido que ainda existe proibição ou baixo estímulo para a formação de representação formal de alunos. A democracia, nesse caso, sofre com as características culturais de uma sociedade pouco acostumada com tais práticas. Se existe quem é contra a formação de grêmios, o que esperar do interesse e da defesa de ações de educação política formal?

A terceira iniciativa foi desenvolvida por cientistas políticos nos Centros de Integração da Cidadania (CIC) da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Trata-se de um curso de 12 horas-aula ministrado para escolas de Ensino Médio próximas dos postos do CIC em três encontros. Em 2011, as dez unidades seriam atendidas, mas, no primeiro semestre, os cursos formaram 402 jovens em quatro postos. Em três delas o público era de Ensino Médio e em uma de Ensino Fundamental – ciclo dois. Importante salientarmos alguns resultados dos formulários respondidos ao início e término de cada curso. Em Francisco Morato, Parada de Taipas e Ferraz de Vasconcelos, foram atendidos alunos do Ensino Médio. Em Campinas, de Ensino Fundamental – público fora do alvo da iniciativa. Vamos separar as análises desses dois grupos.

As três turmas de Ensino Médio formam um contingente de 182 alunos que responderam ao questionário de entrada do curso. A média de idade é de 16,5 anos e no quesito gênero a divisão apresenta desequilíbrio expressivo: 37% de homens e 63% de mulheres. Entre os alunos, 27% trabalham, com destaque para funções básicas, e apenas 5% indicam que realizam alguma ação social voluntária. A combinação desses dois resultados reforça a tese de falta de adesão a causas sociais, apesar de aparente sobra de tempo para tais atividades. No que diz respeito à declaração por busca de informação política, três canais superam 50% de adesão: TV (95%), internet (80%) e jornal (56%). O resultado é extremamente positivo, tendo em vista a questão do acesso à rede mundial por parcelas expressivas de jovens em bairros ou cidades de altíssima vulnerabilidade social. Além disso, apenas 8% dos alunos afirmaram basear a busca de informações em um ou nenhum dos canais apresentados, apontando que 92% se informam em dois ou mais meios – algo positivo para a democracia.

Com relação à atuação política, 20% dos jovens disseram ter simpatia por algum partido – apenas dois alunos são formalmente filiados, percentual muito baixo, tendo em vista o fato de existirem organizações especialmente voltadas para a juventude nas grandes agremiações partidárias. O PT conta com a aproximação de 22 alunos; o PSDB, com quatro, o PV, com três e

o DEM e o PMDB com um aluno cada um³. No que diz respeito ao título eleitoral, 57% dos alunos não possuem o documento e 42% o obtiveram ainda com 16 ou 17 anos, percentual acima da média nacional de pouco mais de 30%, revelada pelo cruzamento entre dados do Tribunal Superior Eleitoral e do IBGE. Importante salientar que nenhum aluno que respondeu ao questionário inicial tinha menos de 16 anos. Apesar do bom resultado associado ao interesse pelo título de eleitor, 71% dos alunos não votaram em 2010 e 14% deles afirmam ter esquecido totalmente o voto dado no ano passado.

Com relação à percepção acerca do interesse pelo curso, 50% ou mais dos alunos apontaram que motivos educacionais, pessoais e profissionais estimularam a realização das atividades, em detrimento de aspectos políticos, das organizações envolvidas e do programa da atividade. O questionário terminava com um conjunto de frases com as quais os alunos deveriam concordar – parcialmente ou totalmente – ou discordar – parcialmente ou totalmente. A sentença que contou com o maior índice de adesão (77%) está associada à necessidade de haver educação política nas escolas, corroborando o argumento de que os cidadãos compreendem a importância de serem informados sobre aspectos fundamentais de nossa democracia. Outras duas sentenças superaram 60 pontos percentuais no índice adesão⁴: 63% concordam que a democracia é o mais importante dos regimes e que o Legislativo é o mais importante dos poderes – algo pouco esperado pela complexidade filosófica de tal afirmação em comparação à realidade política do país e às pesquisas de opinião que apontam descrédito no parlamento. Com posições intermediárias, entre 40% e 55% temos as questões: *a imprensa informa bem* (41%), *conheço pessoas que venderam o voto* (43%), *políticos devem fazer favores aos eleitores* (48%), *problemas pessoais são mais relevantes que questões públicas* (51%), *não existem partidos políticos, apenas pessoas* (51%) e *políticos são todos corruptos* (55%). Alguns desses aspectos são preocupantes, mas a posição situada próxima do ponto médio da escala oferece argumentos para análises otimistas e pessimistas. Por fim, uma única sentença atingiu baixo índice de concordância e preocupa bastante. Na visão dos alunos, as eleições não são disputadas de forma limpa no país (30%).

Os resultados do questionário inicial apontam para um interesse por política acima do esperado, sobretudo no que diz respeito a uma demanda por informação, apesar de um baixo índice de participação social e um pessimismo em relação a uma série de aspectos democráticos centrais. O público mostra-se carente de ações e reflexões, algo bastante esperado em um país que pouco investe na formação para a cidadania e a vida em sociedade.

³ Interessante notar a diferença para os índices obtidos na pesquisa de 2005 em escolas de bairros mais ricos de São Paulo, onde PT e PSDB dividiram de forma quase idêntica a preferência dos alunos.

⁴ Este índice é calculado de forma bastante simples. Os valores apontados – concordo plenamente, concordo em parte, discordo em parte ou discordo plenamente – são transformados em valores de 0 a 3, sendo os valores mais altos relativos à concordância maior. As médias dos alunos são calculadas e divididas pelo valor máximo, apontando um índice de adesão à sentença.

O questionário final do curso foi respondido por 167 jovens com idade média de 16,5 anos, assim como no formulário inicial, tendo sido mantido o equilíbrio de gênero. Houve, no entanto, uma alteração expressiva no percentual de trabalhadores: 40% desenvolvem alguma atividade remunerada.

Com relação aos partidos políticos, os três encontros não foram suficientes para alterar de forma imediata a percepção sobre as legendas, estimulando uma maior simpatia às organizações. Cerca de um quarto dos alunos têm preferência partidária, e a divisão manteve-se muito semelhante àquela apontada inicialmente: 24 jovens são adeptos do PT, quatro do PSDB, três do PV, um do PMDB, um do DEM e um do PTB. Com relação às fontes de informação sobre política, novamente a TV (90%), a internet (78%) e os jornais (57%) obtiveram a adesão de metade ou mais dos alunos respondentes. No que diz respeito à utilização do conteúdo, após o término da atividade, 74% dos alunos entendem a relevância do conteúdo para sua atividade como eleitor e 84% para seu cotidiano de estudante – nenhum outro motivo atingiu mais de 40% de adesão.

O questionário final continha um conjunto de frases que permite exercício idêntico ao realizado ao término do formulário inicial. Todas as sentenças apresentadas tiveram índice de adesão igual ou superior a 75% e mostram a grande relevância de ações dessa natureza. As principais delas são: *o curso incentivou a busca por informações políticas (75%)*; *o curso mudou meu modo de entender a política (82%)*; *os professores são neutros politicamente (83%)*; *o curso deve ser oferecido para outros alunos (84%)*; *o curso vai me ajudar a formular melhor minhas escolhas políticas (87%)*; *o curso trouxe conhecimentos novos (90%)* e *eu recomendo o curso para outros cidadãos (93%)*.

Diante de tais resultados, é possível compreender a relevância da atividade para alunos de Ensino Médio. Ações como estas são mais complexas que palestras, que talvez sejam capazes de atingir, com maior eficiência, alunos do Ensino Fundamental. Nesse caso, seria interessante comparar os resultados da turma do curso de Iniciação Política de Campinas com os resultados dessa atividade no Ensino Médio.

O primeiro problema da atividade do interior de São Paulo está associado ao contingente de alunos: cerca de 160 participaram simultaneamente, o que causou grande desconforto aos professores. A média de idade é de 13,5 anos e o acesso aos meios de comunicação para obtenção de informações políticas é semelhante àqueles destacados entre o pessoal de Ensino Médio. A adesão aos partidos políticos caiu de forma expressiva: apenas 5% dos alunos afirmam simpatizar com alguma legenda. Diferenças também aparecem nas sentenças apresentadas para a adesão dos alunos. O grau de concordância com a presença de educação política nas escolas é alto, chegando a 75%, mas apenas 50% concordam que a democracia é o mais importante dos sistemas, 60% entendem que os políticos devem favores a seus eleitores e 55% avaliam que problemas pessoais são mais relevantes que questões públicas.

É possível verificar, mesmo que de forma discreta, que a maturidade dos alunos do Ensino Médio, três anos mais velhos, é fator aparentemente relevante para o acesso à educação política.

No questionário final, as características da turma foram mantidas, inclusive a adesão aos meios de comunicação para obtenção de informação política. Chama a atenção um aumento significativo na adesão aos partidos: 10,5%, contra 5% no questionário inicial. Tal ação pode ser resultado de um mínimo de informação política ofertada pelo curso. A avaliação da atividade, entretanto, sofreu queda significativa, corroborando o argumento da maturidade. Apesar de recomendado por 78%, o curso mudou a forma de entender política de apenas 58% dos alunos, a melhoria na formulação de escolhas políticas conta com índice de adesão de somente 70%, o incentivo à participação atingiu 65% e o aumento de busca por informação conta com 62% de concordância. Os resultados, isoladamente, não são ruins, mas estão aquém daqueles obtidos entre as turmas de Ensino Médio.

3 Conclusão

Ações de educação política, ou pelo menos o interesse em influenciar a vida da sociedade, parecem contar com a adesão dos alunos impactados por três das ações descritas ao longo desse trabalho. Conhecer bem o público, escolher o melhor formato e impactar de forma associada aos padrões modernos e atraentes da pedagogia pode ser algo significativamente importante para as ações desenvolvidas. A despeito das características e metodologias utilizadas, é bastante possível afirmar o desejo do jovem por informações que lhes coloquem diante de aspectos centrais de nossa democracia. Tal tipo de atividade poderia arrefecer alguns resultados pouco democráticos, como aqueles ligados à venda de voto a depender do valor, ao desconhecimento de órgãos de representação estudantil como os grêmios, a aspectos ligados à valorização da democracia, etc. Seria possível afirmar, no cenário traçado neste artigo, que existe uma visão por vezes negativa do jovem sobre a política, o que muito provavelmente reproduz a percepção de parcelas expressivas da sociedade sobre o assunto. Ainda assim, tal olhar coexiste com o reconhecimento sobre a relevância da educação política, sendo possível transformar a relação do estudante com a política por meio de ações formais de educação.

Além disso, é relevante apontar que, em todas as ações realizadas, os jovens revelaram índices muito baixos de atuação social. A escola, indiscutivelmente, é um espaço bastante adequado ao estímulo à participação social, por meio, por exemplo, de ações voluntárias promovidas nas mais distintas áreas. O que falta para estimularmos uma ação social consistente desses estudantes?

Por fim, pesa de forma expressiva a adesão dos alunos aos meios de comunicação na busca por informações, sobretudo à internet, o que pode ser alternativa interessante para o uso desse tipo de canal para ações de educação política. Se em 2005, 45% dos jovens de escolas

públicas e privadas localizadas em bairros de classe média e média alta da zona sul de São Paulo afirmavam utilizar a *web* para obter informações políticas, em 2011, quase 80% dos estudantes de escolas localizadas em bairros absolutamente periféricos apontaram esse meio.

Referências

- DANTAS, H. Educação Política: reflexões sobre um pilar da Democracia. Brasília: Fundação Liberdade e Cidadania, **Revista on-line Liberdade e Cidadania**, a. III, n. 9, julho/setembro, 2010a. Disponível em: <http://www.flc.org.br/revista/materias_view.asp?id={38C47EC4-FBAD-4DEB-8DDF-60079028061F}> Acesso em: 3 de jul. 2011.
- DANTAS, H. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, **Cadernos Adenauer**, a. XI, v. 3, 2010b.
- MARTINS Jr, J.P., DANTAS, H. O Índice de Participação e a importância da educação. Campinas: UNICAMP, **Revista Opinião Pública**, a. 10, v. 2, 2004.
- RESENDE, J. F. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, **Cadernos Adenauer**, a. XI, v. 3, 2010.
- SCHLEGEL, R. **Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira**. Tese. Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

Artigo recebido em: 22/08/2011

Artigo aceito para publicação em: 15/09/2011